



Entrevista

ÉTICA E TÉCNICA NA FORMAÇÃO DO JORNALISTA

Enio Moraes Júnior¹

Josenildo Luiz Guerra é professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe desde 1997. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (1994), possui mestrado (1998) e doutorado (2003) em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia, com pesquisas em teoria do jornalismo, gestão do processo jornalístico e da qualidade editorial em jornalismo, Guerra é um dos líderes do Laboratório de Estudos em Jornalismo e coordenador da Agência Experimental de Reportagem e Monitoramento de Cobertura da UFS.

A entrevista a seguir, realizada em 2010, faz parte da tese *O Ensino do Interesse Público na Formação de Jornalistas*: elementos para a construção de uma pedagogia, defendida por Enio Moraes Júnior, em 2011, na ECA / USP, com orientação do professor José Coelho Sobrinho. A revista Alterjor tem editado e publicado semestralmente parte deste trabalho.

Para o professor Josenildo Guerra, é importante que a formação do jornalista contemple o conhecimento das Humanidades para qualificar prática da profissão.

¹ Doutor em Ciências da Comunicação na ECA-USP e docente na ESPM-SP.

Revista Alterjor – Você parece um pesquisador cada vez mais aplicado em refletir sobre a imprensa, sobre o jornalismo. Como é que o empenho nessas pesquisas aparece no ensino do jornalismo?

Josenildo Guerra – Essa preocupação atravessa as duas disciplinas, embora talvez isso apareça de forma mais nítida na disciplina *Deontologia da Comunicação*, e aí se dá na compreensão mesmo da atividade profissional. Qual é o serviço que a atividade jornalística procura oferecer às pessoas e à sociedade? Essa é a preocupação básica que norteia a nossa compreensão do jornalismo e, desta preocupação, deriva a preocupação com temas relacionados à cidadania. A atividade jornalística produz informação, circula informação, disponibiliza informação para as pessoas. São informações que, na sociedade contemporânea, tem um papel fundamental para que os cidadãos, por sua vez, possam ter direitos e ter acesso aos seus direitos das mais diferentes ordens, desde acesso a informações culturais até informações relacionadas à saúde. Nesse sentido, eu acho extremamente interessante a afirmação do professor Victor Gentili, que trabalha com a idéia de informação como *direito-meio* e o jornalismo como uma atividade fundamental para o fornecimento desse direito. A informação é um *direito-meio* por que dá acesso a outros direitos. Na medida em que eu tenho acesso a uma informação sobre a epidemia da gripe suína, eu me vacino – *direito-meio* – e vou ter acesso a um *direito-fim* que é a preservação da minha saúde e por aí vai. Dentro dessa preocupação fundamental em relação ao funcionamento da atividade jornalística é que vão derivar esses temas. *Gestão da Informação* é uma disciplina relativamente nova que a gente tem tentado desenvolver na UFS com o enfoque no jornalismo organizacional: como o jornalismo organiza suas atividades dentro do ambiente organizacional. Nessa disciplina, a preocupação com a cidadania emerge, numa sistematização rápida, em duas pontas: na relação das organizações jornalística com a sociedade – aquilo que a sociedade cobra das organizações jornalísticas e aquilo que essas organizações procuram oferecer para a sociedade – portanto, numa interação da organização com seu ambiente social, político no qual ela está. E numa coisa que a gente tem desenvolvido que é a preocupação com a qualidade da informação. Quando a gente pensa que qualidade da informação passa por fornecer meios para que a pessoa possa gerir sua vida, há uma série de exigências que passam a demandar das informações e a discussão

sobre a qualidade ajuda a definir com precisão quais seriam esses requisitos e como aferi-los na produção da notícia. Esse é um trabalho que a gente tem feito, inclusive, com a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa, inclusive com uma parceria recente com a Unesco. Na *Deontologia da Comunicação* a gente pega os sistemas éticos fundamentais do jornalismo e essa ideia, novamente, da função básica da atividade jornalística vem como elemento norteador. A atividade jornalística fornece informação às pessoas, faz a informação circular para que as pessoas possam se informar. Dessa preocupação básica emerge uma relação de temas altamente vinculados à ideia de cidadania, como liberdade de expressão, direito à comunicação, liberdade de informação, que são temas estruturantes da atividade. Não é possível pensar jornalismo sem liberdade de expressão, sem liberdade de informação. Ao mesmo tempo, a contribuição que o jornalismo oferece à sociedade está diretamente vinculada ao direito à comunicação que a sociedade tem. E aí vem o tema estruturante de toda a disciplina. E isso vai se desdobrar em outros temas que a disciplina vai aprofundar, que são temas relacionados a desdobramentos que podem afetar grupos específicos de pessoas, ações mais específicas, como por exemplo, relacionamentos com fontes de informação, sensacionalismo, métodos de obtenção de informação: Esses temas podem ou não, em determinados momentos, estar relacionados à ideia de cidadania ou a direitos específicos em relação à privacidade das pessoas, que vão sendo desdobrados em temas mais específicos que afetam mais cada cobertura, cada atividade jornalística. É dentro desse duplo contraponto que, em *Deontologia*, se trabalha a ideia de cidadania: os temas estruturantes e, depois, a derivação desses temas em aspectos mais focados especificamente em algumas atividades e práticas da atividade jornalística.

RA – São duas plataformas bem diferentes para se trabalhar a questão da cidadania. Como é que se pode aferir a aprendizagem desse conteúdo em cada um desses casos?

JG – Eu já trabalhei sem provas, trabalhava com seminários, com trabalhos dirigidos e, nos últimos anos, eu venho optando por provas porque eu não sentia que as outras modalidades de avaliação estavam surtindo o efeito de produzir uma reflexão mais densa dos estudantes sobre determinados temas. Talvez por um relaxamento, talvez por alguma falta de interesse deles, mas eu sentia que a qualidade da reflexão estava caindo. E eu vi na prova uma ferramenta de aferição mais dura do que poderia ser aferido em

termos de aprendizagem. Era uma forma, mas que também não surtiu muitos efeitos. E aí a gente acaba, de certa forma, ficando preocupado com o desenrolar das disciplinas: até que ponto a disciplina tem sido efetiva. Boa parte dos alunos não vai se dedicar mesmo ao tema, mas sempre tem um grupo que consegue alcançar os resultados, que consegue produzir reflexões interessantes, bem feitas. Tudo também depende muito do perfil da turma. Tem turmas em que a disciplina vai muito bem e tem outras em que a disciplina vai muito mal. Nas últimas vezes eu estava trabalhando com prova como meio de aferição, mas eu não estava muito satisfeito com os resultados. Então, estou mudando novamente para trabalhos dirigidos e estudos de caso. Eu sempre fiz estudos de caso em Deontologia. Eu mesclava prova com estudos de caso, eu fazia prova na unidade 01 e na unidade 02. Na unidade 03 eu fazia um estudo de caso, mas agora eu estou fazendo estudo de caso em todas as avaliações. Vou colocar uma discussão e vou pedir um parecer ou vou simular um órgão de auto-regulamentação com acusação e defesa. É isso que eu estou planejando para o semestre atual.

RA – Considerando três atores que eu julgo importantes no processo de formação do jornalista: o aluno, o professor e a escola. E quando eu falo da escola eu falo do projeto pedagógico, da questão laboratorial etc. Qual dos três é o mais diretamente responsável pelo produto final da formação, ou seja, o jornalista formado?

JG – Eu acho que o professor tem um papel fundamental porque, de certa forma, é ele quem vai construir o projeto pedagógico. De certa forma, o projeto pedagógico é resultado do trabalho do corpo docente, que vai fazer consultas, que vai interagir, que vai buscar. Ao mesmo tempo, o professor é quem faz a interface com o aluno. Portanto, o professor tem um papel de articulador, de mediador, com a função de garantir a interação com os alunos e, ao mesmo tempo, a implementação do projeto pedagógico, que eu acho que ele é parte decisiva no processo. Mas o aluno também é fundamental porque se ele não quiser, se ele não estiver motivado, nada acontece. E o nosso grande desafio talvez seja esse: como conseguir chegar ao aluno e fazer com que ele compre esse projeto e ajude a reconstruí-lo a partir do seu envolvimento com o conteúdo que é ministrado. Mas é um desafio muito grande.

RA – O jornalista é formado para o mercado ou para a cidadania?

JG – Essas duas tendências se complementam. A gente não pode ver o mercado como um espaço onde se pode abrir mão da cidadania. E se eu estou dizendo isso, eu estou dizendo, de forma indireta, que a cidadania é o norte fundamental da formação. Nós precisamos trabalhar a formação do aluno com os valores cidadãos e precisamos adequá-lo ao mercado porque precisamos preparar o mercado para lidar com os valores da cidadania. Isso acontece, por exemplo, em outras esferas. Na área jurídica, por exemplo, você tem o Código de Defesa do Consumidor² que vai cobrar ações e uma série de responsabilidades das empresas com relação aos seus produtos. Então, é preciso que a gente não veja, do ponto de vista da relação entre essas duas partes, um movimento de forma dicotômica. Porque o mercado tem suas demandas que são demandas reais e que precisam ser consideradas. O mercado tem necessidade de ter empresas, essas empresas têm seus custos de operação e seus mercados que as alimentam. Há mercados mais fortes como o mercado Rio – São Paulo e há mercados mais delicados como os mercados do Nordeste. Portanto quando a gente fala de mercado pensando relação de trabalho, a relação de oferta de produtos é algo que também precisa ser considerado porque isso, de certa forma, impacta no funcionamento das organizações jornalísticas. A gente não pode ficar alheio a isso. Por exemplo, como é, em Sergipe, que a gente vai preparar um estudante com os valores cidadãos para exercer o jornalismo se ele vai sair da escola e encontrar empresas jornalísticas fortemente vinculadas a grupos políticos? Nem digo mercado, porque o jornalismo sergipano não chegou à fase do mercado, ainda está na fase do controle político, eventualmente. Portanto, a gente precisa estar atento a essa situação de forma a apresentar os problemas para que os alunos tenham o discernimento do contexto no qual eles atuam. Mas, ao mesmo tempo, nós temos que ter alguma forma de perceber esse mercado, a forma como ele está, e ver como podemos nos inserir neles, atendendo as suas demandas, inclusive de qualificação. No entanto, essa é uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma grande resistência que o mercado tem porque acha que já sabe de tudo e tem apenas a ensinar aos outros, e não a aprender. Há também uma cultura nas empresas jornalísticas que é refratária a esse tipo de relação de dupla mão com a

² Instituído em 1990, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) brasileiro é uma lei abrangente que trata das relações de consumo nas esferas civil, administrativa e penal.

universidade. Isso cria dificuldades a uma eventual convergência de formação de profissionais que pudessem atendê-las da melhor forma, ensinando os princípios que nós, das universidades, temos e que buscamos respeitar por entender que o jornalismo é uma atividade de importância pública fundamental.

RA – Essa discussão leva a duas outras questões. E uma primeira é: como é a relação do curso de jornalismo da UFS com os profissionais que estão na mídia? Esses profissionais veem à universidade, aparecem, dão palestras? E, ao mesmo tempo, como é a relação desses profissionais com os professores? Vocês são procurados para discutir jornalismo, discutir cidadania nessas empresas?

JG – Não, não há mão-dupla e nem mão-única porque nem a gente os procura tanto nem eles nos procuram tanto. Eu acho que impera uma certa percepção dessa distância e acredito que isso não seja só aqui. Acredito que seja em outros mercados e em outras situações também, até porque, às vezes, a nossa concepção de jornalismo nas universidades dificulta esse relacionamento com o mercado, em virtude de muitas posturas críticas que exacerbam determinadas tensões e criam dificuldade para o diálogo com o setor produtivo. De nossa parte, há um certo distanciamento com algumas tentativas de aproximação, em alguns momentos, com o Sindicato, com algumas empresas. A gente, de vez em quando, em algumas disciplinas, busca empresas e essas empresas nos recebem. Às vezes o Sindicato nos convida. Às vezes, em algum evento que a gente faz, procura gente do mercado, embora os jornais nunca promovam nada e, conseqüentemente, nunca nos convidem para nada. Então há uma certa conformidade com essa situação. Nós não temos, neste momento, feito nenhuma ação incisiva para dizer: queremos mudar esse quadro. Nós estamos convivendo com essa situação ou talvez isso nos faça permanecer nessa posição, porque a gente entende que as organizações jornalísticas de Sergipe ainda carecem de alguns elementos que poderiam torná-las mais abertas ao diálogo. Se jornais como a *Folha de S.Paulo*, como o *Estadão*, como *O Globo*, que estão em outro patamar, são refratários a um certo diálogo com a academia, imagine jornais locais que claramente tem deficiências de política editorial e problemas estruturantes que dificultam ainda mais, como a orientação política dos jornais e outras coisas. Em alguns veículos como as rádios, então, nem se fala. Mas, enfim, há essa barreira que não tem sido objeto de ação firme

de nossa parte para superar e essas dificuldades talvez sejam muito grandes. Mas há também algumas iniciativas tímidas e sempre que a gente faz algum evento procura convidar pessoas do mercado, das empresas: jornalistas, editores. Mas essas pessoas ficam restritas aos eventos e às mesas. Essas tentativas não se desdobram em ações concretas e em parcerias que poderiam estabelecer um trabalho mais contínuo.

RA – É uma segunda questão decorrente da sua análise diz respeito aos alunos. Como é que eles chegam à universidade, como é que eles chegam nas suas disciplinas, especificamente, em relação a esse conceito de jornalismo? Eles buscam o jornalismo com essa visão do mercado, seja local, seja nacional e são refratários ao modelo de jornalismo da universidade – aquele que tem todas as implicações do pensar, do refletir? Ou o contrário: eles veem para a universidade pensar, refletir e são críticos ao que se faz no mercado?

JG – Há uma postura crítica em relação ao mercado. Essa posição é predominante até porque eu acho que isso é muito estimulado nos cursos de comunicação, onde o mercado é sempre visto como um mal a ser combatido. Como eu disse, eu acho que nós devemos considerar o mercado também como espaço da cidadania, até porque os jornalistas que estão no mercado prestam serviço à sociedade com seu trabalho. Mas, às vezes, na academia, mesmo no senso comum, se estabelecem posturas muito refratárias em relação ao mercado. E a expressão mercado aparece de forma muito negativa. Eu acho que, enfim, como regra geral, os alunos vêm com uma postura crítica em relação ao mercado. O que é saudável, porque com certeza nós temos muito que melhorar no nosso jornalismo. Então essa postura crítica que eles têm em relação ao mercado é muito interessante porque cria um campo fértil para se refletir sobre as limitações e, conseqüentemente também, para se tentar extrair aspectos positivos. Eu não acho que seja ruim, mas às vezes eles tem muita resistência a pensar possibilidades positivas. Isso também é consequência de que há posições políticas e ideológicas, dentro da academia e entre os estudantes que não enxergam qualquer possibilidade de um trabalho cidadão no jornalismo dentro do sistema capitalista. Aí você cria uma barreira dentro das organizações e toda e qualquer discussão que passe por aí não consegue encontrar um campo fértil porque a premissa é: dentro desse sistema não podemos ter nada. Então se

cria uma dificuldade adicional para trabalhar os temas, mas como regra geral eu acho que a posição do aluno é uma posição crítica em relação ao mercado.

RA – Os cursos de jornalismo, tradicionalmente, sempre tiveram dois pilares: a formação humanística e a formação técnica. Você acredita nessa divisão ou você acha que a formação é – ou deve ser – cada vez mais articulada?

JG – Deve ser cada vez mais articulada. Nós caímos nessa dicotomia e não conseguimos sair dela. Nós não conseguimos incorporar os conhecimentos das humanidades que são importantes para as atividades que lidam com temas tão complexos, tão diversos e ligados às próprias relações sociais e humanas e não conseguimos converter isso para o enriquecimento de nossas técnicas profissionais. Então criamos uma dicotomia em que o bom jornalismo seria aquele, inclusive, que abandonasse essas técnicas cristalizadas pela tradição porque elas seriam uma camisa de força para uma percepção mais humanística, mais crítica dos problemas. Isso, na verdade, na minha concepção, é um grande equívoco. Porque em qualquer momento vai haver técnicas de trabalho. O grande problema que nós temos hoje é que não aperfeiçoamos as nossas técnicas. Nós não temos meios de pensar e de desenvolver técnicas novas de trabalho porque nós nem sistematizamos adequadamente as técnicas que temos e nem pensamos modos de fazer jornalismo diferenciado, desenvolvendo técnicas inovadoras como qualquer outra atividade faz.

RA – Mas não é exatamente essa a função que cabe à universidade?

JG – Exatamente, cabe. Mas nós não conseguimos sair dessa dicotomia porque quem quer pensar alguma coisa vai pensar para os lados das humanidades e vai pensar um fosso em relação às técnicas, como se trabalhar com as técnicas fosse algo depreciativo e que não iria melhorar em nada a situação. Na verdade, o esforço seria buscar o conhecimento que as humanidades têm e que outras áreas também possuem para qualificar as técnicas jornalísticas. É mais ou menos o que acontece na educação e na psicologia. Na educação você tem uma área fortemente humanística em que, a todo momento, se pensa métodos inovadores de educação, técnicas de como trabalhar com os estudantes, como pensar um conteúdo diferenciado, de como prender a atenção das crianças para a aprendizagem. A educação é uma área profundamente humanizada,

baseada nas Ciências Humanas, mas que tem suas técnicas e metodologias de ensino e cada vez mais essas metodologias são trabalhadas no sentido de serem melhoradas a partir dos avanços dessas pesquisas. Por sua vez, se a psicologia descobre uma coisa, incorpora esse avanço à sua técnica de trabalho. Mas nós não temos isso na atividade jornalística, nós não pensamos a nossa técnica nessa direção. A gente vê as técnicas, inclusive, como um estorvo, como algo a ser evitado. Quantas vezes fazemos às técnicas críticas de tudo quanto é tipo? Eu penso que o grande desafio é convergir todo o acervo de conhecimento que as Ciências Humanas e outras ciências nos disponibilizam. No meu projeto de pesquisa, tenho feito fortes relações com Engenharia de Produção e com Sistemas de Informação porque eu acho que são duas áreas muito importantes para se pensar os processos organizacionais do jornalismo e a gestão do conhecimento organizacional. Eu tenho dialogado com esse pessoal e está sendo uma experiência muito interessante. Mas ao mesmo tempo tenho também trabalhado com o pessoal das humanidades, refletindo, por exemplo, violência e segurança pública, infância, adolescência e como utilizar esse conhecimento para qualificar as técnicas profissionais e desenvolvê-las, como outras áreas fazem. Então eu acho que é um grande desafio para a nossa formação no futuro. A universidade, a nossa academia, o nosso corpo de pesquisadores tem que estar preocupado com isso, e às vezes a impressão que dá é que a gente não está suficientemente preocupado com a urgência de fazer esse movimento.